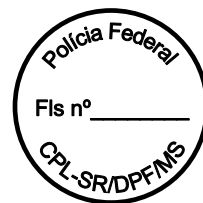




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP nº 02/2012

Processo nº 08335.001044/2012-29

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, mediante a Pregoeira, designada pela Portaria nº 604/11-SR/DPF/MS, de 22 de agosto de 2011, do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR PREÇO**", conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 (Pregão Eletrônico), lei complementar 123/06 e Decreto 6204/07 que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), IN/SLTI-MP nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela instrução normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009, **IN/SLTI-MP nº 02, de 11 de outubro de 2010**, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

Data da abertura da sessão pública: 16 / 02 / 2012

Horário: 09h00m (horário de Brasília)

Endereço: www.comprasnet.gov.br – UASG 200354

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública

1. DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos de ar condicionado com fornecimento de peças e materiais de reposição para a Superintendência de Polícia Federal e suas Delegacias descentralizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, com o fornecimento de material, conforme Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



1.1.1. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico está amparada pelo artigo 1º, parágrafo único da Lei 10520/2002.

1.1.2. Os serviços e materiais objeto desta licitação serão contratados conforme a demanda que se apresentar durante a validade contratual, portanto adotou-se o Sistema de Registro de Preços, com amparo no parágrafo único, do artigo 1º, do Decreto 3931/01.

1.2 - Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência
- ANEXO II - Modelo de Proposta
- ANEXO III - Direitos e Obrigações do SRP
- ANEXO IV - Modelo da Ata de SRP
- ANEXO V - Minuta de Contrato

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão empresas cujo ramo de atividade esteja relacionada ao seu objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no site: www.comprasnet.gov.br.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1. Submetidas aos regimes de recuperação de empresas previstos na Lei 11.101/2005 de 09 de fevereiro de 2005, **em processo de concordata** ou com falência decretada;

2.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

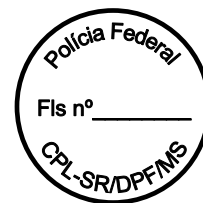
2.2.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

2.2.4. Empresas estrangeiras não constituídas pelas leis brasileiras e que não tenham sua sede e administração no País.

2.2.5. Conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, exarada por meio do acórdão 21363/2006-TCU 1ª câmara, de 1 de agosto de 2006, Ata 27/2006, item 9.7, será verificado junto ao sistema SIASG/SICAF, quando da sessão pública, o quadro societário e o endereço dos licitantes, a fim de verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos e/ou indícios de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



informações, poderá indicar indícios de fraudes contra o presente certame licitatório.

2.2.5.1. Havendo indícios de fraude, será adotada a prerrogativa disposta no § 3º do artigo 43 da lei 8666/93.

Parágrafo único - Será permitida a participação de cooperativas desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes ou seus representantes legais interessados em participar do certame, deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do Sistema Eletrônico, no sítio www.comprasnet.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, conforme estabelece o § 1º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005.

3.3. O Credenciamento dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

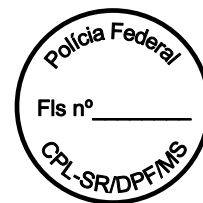
3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



terceiros.

4.2. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, a qual poderá ser enviada **a partir da data de liberação deste Edital no Comprasnet, até o horário limite de início da sessão pública, horário de Brasília/DF**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.5. Após a etapa competitiva de lances, o detentor da melhor oferta deverá encaminhar eletronicamente proposta formulada com base nas especificações constantes deste edital, do Termo de Referência – Anexo I, e Modelo de proposta – Anexo II, atendendo aos seguintes requisitos:

4.5.1. – Apresentar desconto para cada item do Grupo, cotado em percentual, já consideradas todas as despesas (tributos, transporte e demais despesas incidentes direta ou indiretamente no fornecimento objeto deste Pregão Eletrônico);

4.5.1.1. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica-IPRJ e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, que não podem ser repassados à administração, não poderão ser incluídos na proposta.

4.5.2. – nome ou razão social do licitante, endereço completo, telefone, fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

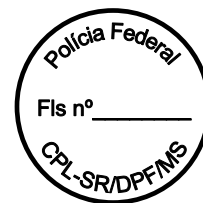
4.5.4. prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura desta licitação. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado neste subitem;

4.6. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.7. O envio das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



4.8. O lance é considerado proposta. A empresa licitante deverá atentar quando do encaminhamento de seu lance, haja vista que a sua não confirmação, seja por erro ou qualquer outro motivo, cominará nas penalidades descritas no artigo 28 do Decreto nº 5450 de 31 de maio de 2005.

4.8. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa a desclassificação da proposta.

4.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.3 – Os licitantes somente poderão oferecer lances superiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1 – Este Procedimento é importante para efeito de classificação final.

5.4 – Deverão ser ofertados descontos percentuais sobre os valores anuais estimados para os itens, a saber:

5.4.1 ITEM 1 – Desconto sobre serviços executados em Campo Grande-MS;

• **Valor anual estimado para o item: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)**

5.4.2 ITEM 2 – Desconto sobre serviços executados nas unidades do DPF NAS cidades do Interior de Mato Grosso do Sul;

• **Valor anual estimado para o item: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**

5.4.3 ITEM 3 – Desconto sobre materiais;

• **Valor anual estimado para o item: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**

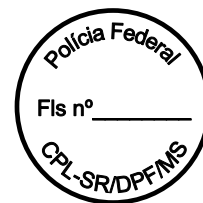
5.5 – Os percentuais de descontos ofertados serão aplicados na execução contratual quando do pagamento dos serviços e aquisições dos materiais constantes nos subitens 5.1 e 5.2 do Termo de Referência, anexo I deste edital.

5.6 - Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá, para efeito de classificação, aquele que for registrado em primeiro lugar.

5.7 - Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via chat, aos licitantes, mas estes só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



5.8 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

5.9 - A etapa de lances será encerrada a qualquer momento, dentro do tempo aleatório, pelo sistema eletrônico.

5.9.1 - O tempo aleatório poderá chegar a até 30 (trinta) minutos.

5.10 – No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.10.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

5.11 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Para julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**, assim entendido o montante apurado na soma dos valores finais, aplicados os descontos ofertados sobre os valores de referência, dos três itens que compõem o grupo.

6.2. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do lance de MENOR VALOR GLOBAL PARA O GRUPO e decidirá sobre sua aceitação.

6.2.1. A licitante detentora da melhor oferta será convocada a enviar anexo, eletronicamente, em até 30(trinta) minutos e em conformidade com o anexo II deste edital, detalhando a distribuição dos valores que compõem sua proposta final.

6.2.2. Não serão aceitas propostas com valores de descontos inferiores aos de referência apurados pela administração, constantes no subitem 3.2. do anexo I – Termo de Referência - deste edital.

6.3. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor da melhor oferta, este deverá comprovar, de imediato, sua situação de regularidade na forma do que determina o item 8 deste Edital, podendo esta comprovação se dar por meio eletrônico, por convocação de anexo no sistema, pelo fax (67 3368-1299)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



ou e-mail(cpl.srms@dpf.gov.br), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada.

6.4 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicada a prestação dos serviços global do lote bem como para os itens objeto deste edital.

6.5 Se a proposta ou o lance de maior valor, para os itens ou para o grupo, não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.6. Nas situações previstas nos subitens 6.2. e 6.5., o pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7 Ao final da sessão o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta elaborada em conformidade com o subitem 4.5, com os respectivos valores adequados ao valor total, por item e grupo, representado pelo lance vencedor.

6.8 Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no art. 21 do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000, e na legislação pertinente.

7 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - O licitante microempresa – ME – ou empresa de pequeno porte – EPP – deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no Sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7.3 - Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2006.

7.4 - O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



participantes, fazendo comparação entre os valores da primeira colocada e das demais ME/EPP na ordem de classificação, desde que a primeira não seja uma ME/EPP.

7.4.1 - Nessas condições, a proposta que se encontrar na faixa de até 5% (cinco por cento) abaixo da proposta de menor valor será considerada empatada com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática.

7.4.2 - Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação, segundo o estabelecido no item anterior.

7.4.3 - Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitem supra.

7.4.4 - Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou sendo a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.5 - Somente após o procedimento de desempate, quando houver, e classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.6 - Caso o licitante detentor do menor preço seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, essa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

7.6.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.6.2 - A **prorrogação do prazo, a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.**

8. DA HABILITAÇÃO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



8.1. Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital, podendo esta comprovação se dar por meio eletrônico, pelo site www.comprasnet.gov.br, e-mail cpl.srms@dpf.gov.br ou pelo fax número **(67) 3368-1299** e, no que couber, por meio de consulta ao SICAF, conforme o caso, com posterior encaminhamento do documento pertinente no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) **horas** a contar da solicitação no sistema eletrônico.

8.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.1.2. Os dados dos documentos de habilitação, das licitantes com registro atualizado no SICAF, a serem avaliados são os seguintes:

a) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;

b) Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) prova de quitação com as fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

d) Certidão (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

e) CRF - Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal.

8.1.2.1. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de **02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

Parágrafo primeiro - A habilitação dos licitantes que não possuem cadastro no SICAF será verificada por meio da documentação especificada no subitem 8.3

Parágrafo segundo - O licitante que estiver com a habilitação parcial e com documentação válida junto ao SICAF poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no sistema.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



8.2. Declarações Complementares, que poderão ser feitas em campo específico no sistema comprasnet:

- a)** Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
- b)** Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002;
- c)** declaração que comprova, se for o caso, o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no art.3º da Lei Complementar nº123/06 e comprovar tal condição por meio de registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- d)** Declaração de elaboração independente de proposta.

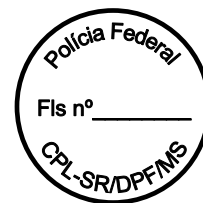
8.3. Para a habilitação, o licitante detentor do menor preço deverá apresentar, ainda, os documentos a seguir relacionados:

8.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b.** No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - b.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- e.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

f. No caso de exercício de atividade que assim o exija: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT), instituídas pela lei 12.440/11.

8.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se for o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.1. Conforme regem os artigos 42 e 43, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

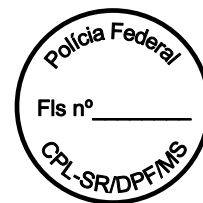
8.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.2.3. A prorrogação do prazo, a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

8.3.2.4. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.3.2.2., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocadas as licitantes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



remanescentes, na ordem de classificação, ou revogada a licitação.

8.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **60 (sessenta) dias** contados da data da sua apresentação;

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
(dividido por)

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

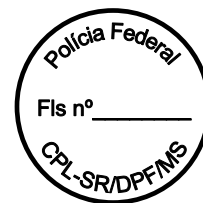
SG = Ativo Total

(dividido por)

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



LC = Ativo Circulante

(dividido por)

Passivo Circulante

b.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 05 % (**cinco por cento**) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de:

a.1. registro ou inscrição da proponente e de seu responsável técnico perante o Conselho Regional de Engenharia e de Agronomia (CREA).

a.2. Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado indicando que a empresa fornece ou forneceu os serviços, com quantidade e qualidade compatíveis com objeto do certame;

8.4. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

8.4.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

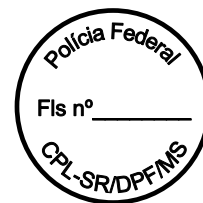
8.5. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

8.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



8.8. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

8.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.10. A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

8.11. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser enviados eletronicamente pelo sistema comprasnet, ou, na impossibilidade de envio pelo sistema, pelo e-mail cpl.srms@dpf.gov.br ou fax 67 3368-1299, devendo os originais darem entrada no protocolo da SR/DPF/MS em até 2(dois) dias úteis, contados a partir do encerramento da fase de aceitação, no endereço:

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
SETOR DE LICITAÇÕES

REF.: HABILITAÇÃO PREGÃO 02/2012-SR/DPF/MS

RUA FERNADO LUIZ FERNANDES, 322 – VILA SOBRINHO
79110-503 - CAMPO GRANDE - MS

8.13. A pregoeira poderá valer-se, ainda, de consulta ao SICAF sobre o histórico de ocorrências registradas sobre o fornecedor, e decidir sobre sua habilitação.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital e em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

9.2. Serão reconhecidas as impugnações interpostas por meio de fax, dentro do prazo legal.

9.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



9.4. Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após os prazos legais, conforme subitem 9.1.

10. DOS RECURSOS

10.1. É admissível, após ser declarado vencedor, a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do Pregoeiro durante a sessão pública, realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em até 30(trinta) minutos, devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação em formulário próprio no campo denominado RECURSO.

10.2. Após o encerramento da sessão pública será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto pelo Pregoeiro, ao vencedor.

10.4. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, em Campo Grande/MS, no horário de 9h às 11h30min e de 14h30min às 17h30min.

10.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade legal dos autos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso administrativo.

11.2.. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do Contrato.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício 2012, Gestão/Unidade 0001, Plano Interno 702T-10, Elemento de Despesa 3390-30 – Consumo e 3390-39 - Serviços, Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.001, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária Nº. 502, DE 22/11/2011.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. DEFINIÇÃO: O Sistema de Registro de Preços é um procedimento previsto no art. 15, da lei 8666/93, regulamentado pelo decreto nº 3.931 de 19/09/2001, mediante concorrência pública e pregão, tipo menor preço, em que os interessados em fornecer materiais, serviços, equipamentos ou gêneros à administração pública, concordam em manter registrados os seus preços para estes produtos e a fornecê-los, quando solicitado, conforme conveniência da administração, durante o prazo de validade da ata de registro de preços;

14.2. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo IV e nas condições previstas neste Edital.

14.2.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços não constitui obrigação de contratação à SR/DPF/MS.

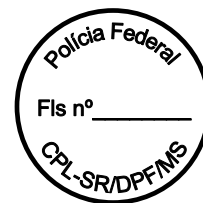
14.3. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, art. 57, § 4º da Lei 8.666/93.

14.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 3.931/01 e na IN-MARE nº 08/98 e IN-SEAP nº 04/99, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

14.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

- Automaticamente;
- por decurso de prazo de vigência;
- pela SR/DPF/MS, quando caracterizado o interesse público.

14.7. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

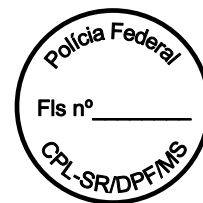
14.8. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

- por iniciativa da SR/DPF/MS, quando:
 - o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

14.9. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



14.10. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

15. DAS PENALIDADES

15.1. – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

15.1.1.- Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

15.1.2. - Multa de:

15.1.2.1. – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

15.1.2.2. – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

15.1.2.3. – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

15.1.2.4. – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

15.1.2.5. – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

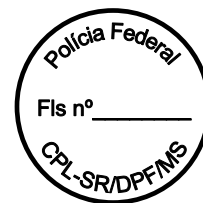
15.2. - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

15.3. – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pelo Departamento de Polícia Federal;

15.4. – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



defesa;

15.5. - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

15.6. – A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

15.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.3. A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SR/DPF/MS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

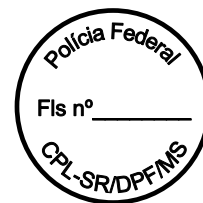
16.5 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (67) 3368-1220.

16.5.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

16.5.2 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



16.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que venha a ser aceito pelo Pregoeiro.

16.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.9. O desatendimento das exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

16.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

16.11. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, ao Pregoeiro, na Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/MS, localizada a Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 Vila Sobrinho, CEP 79110-503, ou por meio do fax: (67) 3368-1299, ou ainda, obter informações pelos telefones: (67) 3368-1188 / 3368-1109.

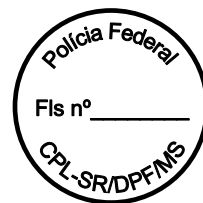
16.12. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

16.13. O edital encontra-se disponível nos sites: www.dpf.gov.br e www.comprasnet.gov.br, ou, quando solicitado, pelo e-mail: cpl.srms@dpf.gov.br, podendo ainda ser retirado na Sede da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, no setor de Licitações e Contratos.

16.14. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 3.555, publicado no DOU de 9 de agosto de 2000, Decreto nº 3.693, publicado no DOU de 22 de dezembro de 2000, Decreto nº 3.784, publicado no DOU de 9 de abril de 2001, Decreto nº 3.931, de 19 de dezembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002 e Decreto nº 4.485,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES



publicado no DOU de 26 de novembro de 2002.

16.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, janeiro de 2012.

Claudia Maria Guimarães de Oliveira
Pregoeira - SR/DPF/MS

EDGAR PAULO MARCON
Superintendente Regional